

EMERGÊNCIA DE MÚLTIPLAS RURALIDADES NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL¹

Vilela², Sérgio L. de O. (Embrapa Meio-Norte, Brasil)

I- Introdução

Um rápido e radical processo de reestruturação produtiva tem ocorrido em todos os setores econômicos, bem como uma redefinição das estruturas políticas e regulatórias mundiais, as quais têm afetado positiva ou negativamente todos os grupos sociais, urbanos e rurais. Esse fenômeno ficou mais conhecido como “globalização”, ainda que se saiba das enormes controvérsias em torno dessa denominação.

Particularmente em relação ao meio rural, essas transformações são tão profundas que alguns autores chegam a falar no “fim do rural”, com a constituição de uma nova espacialidade, ainda não muito precisa no interior dessas análises. É um processo cujo motor é a crise por que tem passado a atividade agrícola no mundo, pondo em questão a estrutura histórica da produção agrícola, nos seus aspectos econômicos, sociais ou políticos.

No Brasil, estudos recentes vêm investigando uma gama de questões relacionadas às novas feições do meio rural brasileiro estimulados pela ocorrência de um significativo processo de reestruturação do espaço rural, a partir do qual algumas atividades produtivas são deslocadas e outras são criadas ou recriadas em novas bases. Tem merecido uma atenção especial destes estudos o crescimento da importância das atividades não-agrícolas.

¹ Artigo elaborado para o “X CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL” e “ XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL”, no Rio de Janeiro, de 30 de julho a 05 de agosto de 2000.

² Engº Agrônomo, PhD Ciências Sociais, pesquisador da Embrapa Meio-Norte. E-mail: sergio@cpamn.embrapa.br

Dentre as atividades não-agrícolas praticadas no meio rural e identificadas como as mais importantes do ponto de vista econômico, destacam-se aquelas quase completamente desvinculadas das atividades agrícolas propriamente ditas. Como exemplo, citam-se as vinculadas à prestação de serviços (turismo rural e ecológico, lazer, descanso, emprego doméstico, indústria da construção, entre outras), que aparecem nas análises com maior destaque nas regiões Sul e Sudeste do país.

No Nordeste, os resultados também são diversos, indicando que essa região não é homogênea e, portanto, não pode ser tomada como uma unidade analítica agregada. No Rio Grande do Norte o maior destaque é para o crescimento do número de ocupações nas atividades não-agrícolas desvinculadas das atividades agrícolas (ver Silva, 2000); já na Bahia e no Piauí, embora as atividades não-agrícolas apresentem tendência de crescimento, é nas atividades agrícolas que ainda se observa um maior dinamismo (para a Bahia ver Couto Filho, 2000 e para o Piauí ver Vilela, 2000); no caso de Pernambuco e de Alagoas as atividades não-agrícolas sofreram uma queda no número de ocupações na década de 90, influenciada pela crise do setor sucro-alcooleiro (para Pernambuco ver Balsadi et alli, 2000 e para Alagoas ver Veras & Lira, 2000).

Considerando a impossibilidade de dar conta dessa diversidade neste texto, tomei como exemplar o caso do Estado do Piauí no intuito de sugerir a existência de novas e múltiplas formas de incorporação de diversos grupos sociais nas novas dinâmicas impulsionadas com a globalização. Estes agricultores estão localizados em áreas, até o momento, quase inviáveis para a produção nos moldes dos padrões de modernidade da “revolução verde” ainda vigentes, porém, ao mesmo tempo, ricas em recursos naturais desejáveis para a produção nos moldes de padrões de “pós-modernidade” (Harvey, 1989), ambientalmente desejáveis, particularmente em relação a

produtos afetos aos novos hábitos de consumo de parte economicamente importante da população.

A hipótese central do estudo é a de que esse conjunto de limites e possibilidades, ao se confrontarem com um novo ambiente social, está produzindo uma nova dinâmica em parte importante do meio rural, impulsionada, parcial mas principalmente, pelo advento de um novo ideário de consumo, como parte de um certo “clima de época”, vinculado à emergência de novos padrões de modernidade, cujo princípio fundamental é a proteção da natureza física e humana (Vilela, 1999).

Isso parece estar permitindo a recriação de estratégias de reprodução de grupos sociais os mais diversos, espacialmente disseminados no meio rural. São, na maioria das vezes, grupos situados em áreas favorecidas por recursos naturais compatíveis com as demandas desse novo ideário de consumo e/ou grupos “neo-locais” economicamente capazes de investir nestas áreas ou em atividades a elas vinculadas.

II - Repensando As Categorias Analíticas

Van Der Ploeg (1993) considera que as reestruturações que estão ocorrendo na sociedade global podem ser melhor entendidas pelo reconhecimento das diferenças associadas com produção e consumo baseados na terra e sua significância para “a morfologia atual da heterogeneidade agrícola”, ou seja, pela diversidade de formas originadas pelos múltiplos sistemas de exploração agrícola e pelos diferentes padrões de consumo alimentar. Três questões, a partir daí, podem ser consideradas como centrais no debate sobre a globalização no setor agroalimentar.

A primeira diz respeito ao processo de globalização da economia mundial, a evolução das novas formas de regulação e as conseqüentes mudanças nas formas de organização da produção e sua expressão nos níveis nacional, regional e local.

A segunda é um desdobramento da primeira, qual seja, a expressão territorial e local da globalização, tendo em vista que fatores espaciais (locais/regionais) apresentam-se como nucleares na atribuição de vantagens comparativas (competitivas) aos produtos e processos que, por um lado, inserem-se no mercado de alcance global mas, por outro, possuem uma integração interfirmas localizada.

A terceira dimensão é a da natureza, entendida como meio físico em que se vive. Esta só mais recentemente tem-se tornado objeto de interesse de parte importante da sociedade, principalmente no campo dos chamados “formadores de opinião”, bem como de elaborações mais teóricas, no nível acadêmico (Marsden, 1997), e das preocupações estratégicas, no seio das grandes empresas, corporações e conglomerados (Pinazza, 1998). Sua incorporação ao debate contemporâneo, longe de ser marginal, constitui-se em aspecto central das novas dinâmicas da relação produção-consumo.

A primeira questão não pode ser aqui analisada devido à sua amplitude, bem como por não ser objeto central deste trabalho. A segunda e a terceira questão estão intimamente relacionadas do ponto de vista do objeto da análise aqui desenvolvida. Neste sentido, a nova espacialidade do meio rural, como produto das transformações globais, repõe a discussão da relação rural-urbano na “ordem do dia” e a ela incorpora novas questões surgidas na contemporaneidade.

Isto está estreitamente vinculado à questão (terceira) da “natureza” como dimensão fundamental da globalização no setor agroalimentar. Para Graziano da Silva (1998), o conjunto dos impactos da questão ambiental sobre a atividade agrícola (e sobre a totalidade do meio rural) mostra que se está a caminho de uma nova fase do desenvolvimento agrícola – mas também rural - na qual a relevância dos aspectos da preservação ambiental e da saúde do consumidor emergem como elementos centrais no momento em que estão em foco as possibilidades de recomposição da atividade agrícola

de produção de alimentos, impactada por profunda crise sócio-econômica nas últimas décadas.

Muchnik & Sautier (1999) chegam mesmo a falar na constituição de um novo paradigma do desenvolvimento agrícola, que começou a se constituir a partir dos anos 80, levando em conta as novas dificuldades às quais estão submetidos os diversos tipos de agricultura: problemas ambientais, organização das sociedades rurais, crise de emprego, diversificação das atividades em meio rural, novos riscos alimentares e novas exigências sobre o plano da qualidade, demanda de produtos específicos, etc. Nos países europeus, essa mudança já é mais nítida e aparece ligada a uma transformação radical do modelo de produção agrícola, descrita como a passagem de uma lógica produtivista e de estandardização a uma lógica de qualidade (Allaire, Boyer, 1995). Na sua dimensão regulatória, esse novo paradigma se traduz pelas novas regulamentações da Política Agrícola Comum, em 1992, e, mais recentemente, na França, pelo projeto de lei de orientação agrícola, que identifica com clareza as novas funções de uma agricultura mais preocupada com as relações homem/produto/territórios. Essa concepção pretensiosamente paradigmática corrobora a tese defendida por Watts & Goodman (1997) que fala da constituição do paradigma dos *High Value Foods (HVF)* no setor agroalimentar.

Os referidos autores ainda observam que, nos países do Sul, essas tendências também se verificam, sobretudo, em função da descentralização e/ou do desengajamento do Estado e do enfraquecimento da integração vertical das cadeias outrora administradas, num contexto de abertura a espaços econômicos regionais, o que coincide, freqüentemente, com a construção de políticas públicas para o emprego rural, a agricultura familiar e o equilíbrio do desenvolvimento territorial (Abramovay, 1998). Em numerosos países, os sistemas agroalimentares centralizados, integrados ao mercado global na base de uma produção de massa, encontram, de fato, limites sociais, técnicos, ecológicos e econômicos.

São processos que já sugerem novas formas de organização da produção, novos processos sociais, bem como a necessidade de construção de novas categorias analíticas capazes de perceber suas especificidades e desdobramentos.

III - A Diversidade Das Transformações No Nordeste Do Brasil

A crise do modelo vigente ocorre paralelamente a um processo de desestruturação/reestruturação do meio rural, a partir do qual algumas atividades tradicionais têm sua importância econômica reduzida enquanto outras são recriadas em novas bases e com grande importância econômica, sendo que outras ainda, até então ausentes daquele ambiente, surgem com expressivo vigor sócioeconômico. Esse processo de reestruturação do meio rural, em contextos sócio-políticos particulares, produz oportunidades de mercado altamente diferenciadas para variados grupos de renda, como observou Marsden (1992) e como também identifiquei no Nordeste brasileiro.

De acordo com Araújo (1995), nas últimas décadas mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando inclusive visões tradicionalmente consagradas sobre a região: seca, indigência, avidez por verbas públicas, “poço sem fundo” em que as tradicionais políticas compensatórias, de caráter assistencialista, só contribuem para consolidar velhas estruturas sócio-econômicas e políticas, perpetuadoras da miséria. A autora citada considera que essas são visões parciais sobre a região, nos dias presentes, que revelam parte da realidade econômica e social nordestina, mas não apreendem os fatos novos dos anos mais recentes. Não expressam, na verdade, a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas.

Com efeito, o lento crescimento econômico que, durante muitas décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino, foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolvem atualmente na região (Araújo, 1995), embora essa dinâmica ainda esteja restrita aos chamados de “pólos de desenvolvimento”, como mostraram as conseqüências da seca de 1998. De todo modo, mesmo nessas regiões mais afetadas pela última seca, já é possível vislumbrar importantes alternativas econômicas, como será discutido a seguir.

Na agropecuária, os dois espaços mais dinâmicos, em termos de inversão de grandes capitais e de modernização agrícola, são as áreas irrigadas no vale do rio São Francisco e do Açu e as áreas de cerrados das regiões oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul/sudoeste do Piauí, com a produção de frutas, hortaliças e grãos predominantemente destinados a mercados externos à região. Nestas áreas, a maior parte dos capitais privados investidos são de origem externa à região Nordeste, embora os investimentos públicos tenham se constituído nos grandes impulsionadores e se mantido, até o momento, como os principais suportes dos processos de desenvolvimento econômico dessas áreas, com reflexos sociais ainda esperados.

Essas são áreas de maior dinamismo, no sentido de serem espaços onde a quantidade de capital investido é relativamente maior do que em outras. Mas, como sugere Araújo (1995), a riqueza do Nordeste encontra-se na diversidade de alternativas de investimento, diretamente relacionada à diversidade dos seus recursos naturais. Neste sentido, não são apenas os grandes capitais ou os megaprojetos que têm logrado viabilidade. As possibilidades recém-descobertas no Nordeste englobam também empreendimentos economicamente menores, porém de maior alcance social em comparação aos grandes, já citados. Um exemplo impactante, desse ponto de vista, é o do estado do Piauí, *locus* empírico da pesquisa, que descrevo mais à frente.

3.1- As Transformações do Meio Rural do Nordeste

No plano nacional o avanço das atividades não-agrícolas no meio rural vem removendo o prévio predomínio exercido pelas atividades agrícolas quanto à geração de empregos, pois no biênio 1996-1997 o total de pessoas com emprego não-agrícola perfez, aproximadamente, 51% do total da categoria dos Empregados com domicílio rural.

Em relação a essa população, as “Grande Regiões Modificadas”³ se diferenciam, entre outros aspectos, pelo fato de que: na região de SP o agregado das pessoas com atividades não-agrícolas supera o agregado de pessoas ocupadas na agricultura; nas regiões NE e Sul situam-se os maiores contingentes das categorias “Não-Remunerados” e “Conta Própria” ocupados na agricultura; na região SE(-SP) localiza-se o segundo maior contingente da categoria dos “Empregados” com ocupações agrícolas; e, na região CO(+T0) persiste o crescimento do total de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, inclusive no meio urbano, como mostraram Laurenti e Del Grossi (2000).

No caso do Estado do Rio Grande do Norte chamou a atenção de Silva (2000) a constatação de que um significativo contingente da PEA rural tenha como atividade principal ocupações não-agrícolas, em geral não associadas à atividades agrícolas, chegando mesmo a superar o número de pessoas com residência rural que têm na atividade agrícola a sua ocupação principal.

Segundo o Silva (2000), essas novas frentes podem ser agrupadas em três blocos de setores produtivos específicos, a saber: o primeiro deles, decorre do dinamismo das atividades ligadas ao turismo rural que se desenvolve, principalmente, na vasta faixa litorânea do estado; um segundo, se configura a partir da constituição de uma rede

institucional de “interiorização de serviços produtivos” onde se destaca a ação de Secretarias de Estado e de instituições como SESI/SENAI/SEBRAE; e, por último, vem o bloco derivado da produção agrícola empresarial que se instala na região do pólo fruticultor Mossoró/Açu a partir dos anos 80. Apesar de, em geral, exigirem um certo grau de especialização, essas ocupações tendem a se concentrar em profissões para as quais se exige pouca qualificação (serviços domésticos, ajudante de pedreiro, balconista, ambulante, faxineiro, forneiro de olaria), ou, quando mais especializadas, tendem a ser ofícios padronizados (costureiro/alfaiate, motoristas) ou desvios dessas profissões, como é o caso dos professores leigos.

Para os Estados de Pernambuco e Alagoas, de acordo com Balsadi et alli (2000) e Veras & Lira (2000), respectivamente, as tendências são bem distintas das verificadas nos demais Estados, principalmente no que se refere ao crescimento das ocupações não-agrícolas.

A crise da economia canavieira fez cair não apenas o emprego agrícola, mas também puxou para baixo as ocupações não-agrícolas na indústria de transformação (agroindústria) e nos serviços a ela ligados, sejam os serviços auxiliares da produção propriamente dita, sejam os serviços pessoais que também decaíram devido à queda na renda gerada no complexo sucroalcooleiro.

No Estado da Bahia, segundo Couto Filho (2000), apesar do indicativo de queda, as atividades agrícolas ainda têm grande importância na ocupação da mão-de-obra rural baiana. Em relação à média da região Nordeste, percebe-se que a desocupação da mão-de-obra agrícola é mais lenta na Bahia em virtude das características do agro baiano que ajudam a manter a população no campo, apesar do atrasado processo de urbanização estar mais intenso.

³ As categorias que estão descritas entre aspas são utilizadas com essas denominações pelo IBGE para agrupar os diferentes grupos pesquisados

No que concerne à ocupação em atividades não-agrícolas, a situação é mais dinâmica. Elas apresentam crescimento tanto na década de 80 quanto na de 90, aumentando a participação da Bahia na PEA rural não-agrícola do Nordeste. Isso se deve, basicamente, à ocupação nos ramos industriais, de comércio de mercadorias, de prestação de serviços e social.

No Estado do Piauí, de acordo com Vilela (2000), o crescimento das atividades não-agrícolas desvinculadas da agricultura parecia pouco dinâmico, em um primeiro momento, em face das limitadas condições de infra-estrutura do estado e aos altos índices de pobreza da população urbana demandante de grande parte desses serviços. Além disso, a agricultura estadual caracteriza-se pela predominância de pequenos agricultores, apoiados em base familiar e, tecnologicamente, sem correspondência com os padrões modernos de produção.

O que vem assumindo grande importância nesse estado é a combinação da relação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, formando uma “cadeia”, uma articulação, a partir da qual é potencializada a geração de índices significativos de postos de trabalho. Um dos principais responsáveis por esta articulação parece ser o conjunto das atividades agrícolas não tradicionais que têm, por sua vez, estimulado algumas atividades não-agrícolas, notadamente nos ramos de transformação agro-industrial e de prestação de serviços vinculados à cadeia produtiva de algumas frutas tropicais “globais” (com destaque para a manga e limão) principalmente para exportação; a produção apícola (mel de abelha e outros produtos); a produção do caju (principalmente para comercialização da castanha); e a criação de pequenos animais (caprinos, ovinos e aves).

3.2- Piauí: um espaço também diverso

O Estado do Piauí tornou-se mais conhecido no Brasil pelos seus índices de pobreza, retardo econômico e atraso político. A contemporaneidade, marcada por um conjunto de redefinições sócio-espaciais, oferece a oportunidade de outros aspectos desse estado serem evidenciados, estudados e situados geoeconomicamente.

Retomando a idéia de que o Piauí é um estado predominantemente agrícola, merecem atenção os processos atuais através dos quais ocorrem reconversões de atividades agrícolas tradicionais para novas atividades (agrícolas e não-agrícolas) que, no caso em questão e consoantes com as peculiaridades do mercado global, relacionam-se diretamente com a diversidade de seus recursos naturais.

Embora, em extensão territorial, seja o terceiro maior estado do Nordeste, perdendo em área total apenas para a Bahia e o Maranhão, o Piauí ainda é pouco populoso. A sua densidade demográfica fica em torno de 10,6 hab./km², sendo a menor do Nordeste, onde a variação vai de 20 a 90 hab/km². Um pouco mais da metade da população vive no meio urbano, percentual menor que o do Nordeste (61%) e do Brasil (75%) (Contagem da População, 1996).

O Piauí está situado em uma área geográfica muito rica - o Meio Norte, que engloba também o estado do Maranhão - e que abriga uma grande diversidade de ecossistemas. Por ser localizado entre a porção semi-árida nordestina e a Amazônia úmida, apresenta condições ecossistêmicas intermediárias entre esses extremos. As formações vegetais do Piauí sofrem a influência de alguns domínios da Amazônia, do Planalto Central e do Nordeste. Isso configura uma diversidade importante de ecossistemas por ser uma zona intermediária entre a Amazônia, os cerrados e o trópico semi-árido. Além disso, variações locais (topoclimas), sob influência do relevo,

exercem igualmente papel importante sobre a vegetação, criando áreas de transição. Isoladamente, possui a maior diversidade de ecossistemas presentes em um mesmo estado no Brasil. Refletindo essas condições, as principais formações vegetais do Piauí são florestas pluviais, florestas dicotilo-palmáceas, restingas e mangues, campos limpos, cerrados e caatingas. O Piauí tem, assim, quase todos os tipos de vegetação do Brasil tropical.

A importância de tal caracterização reside na exposição da amplitude de possibilidades, a partir dessa diversidade de recursos naturais potencialmente geradores de produtos e processos econômicos e sociais capazes de, por sua vez, possibilitar reconversões, inserções e reinserções produtivas de diferentes grupos sociais locais e mesmo extralocais, como se vem verificando.

3.3- O Exemplo da Apicultura

O aumento do consumo de mel está atrelado ao fenômeno da mudança do padrão de consumo alimentar na sociedade que se materializa na preferência pelos alimentos isentos de contaminação com produtos químicos nocivos à saúde e que utilizam processos produtivos que respeitam o meio ambiente. Neste perfil está incorporado o mel de abelha, tanto como alimento quanto como produto de ação terapêutica e coadjuvante nos tratamentos da estética corporal tendo em vista que o consumidor de mel tem um perfil extremamente variado, indo desde aquele que o utiliza como complemento alimentar até os que acreditam em seu poder de cura de enfermidades.

Além da flora diversificada e rica em pólen e néctar, outras características ambientais favoráveis à apicultura são encontradas no Piauí (e em outros estados do Nordeste), como luminosidade média muito elevada, situando-se em torno de 2.800 horas de luz solar por ano, altas temperaturas, com médias térmicas anuais oscilando

entre 25 e 34° C, e umidade relativa do ar em torno de 50% (Duque, 1973). Com isso, aos primeiros raios solares ultravioleta, a partir das 5 horas, as abelhas saem de suas colméias em busca de alimentos, favorecendo-lhe uma maior atividade e, conseqüentemente, maior produtividade de mel.

O Piauí, em função das suas condições ambientais, é um dos poucos estados brasileiros capazes de produzir o mel “orgânico”, porque a agricultura praticada na maior parte das áreas produtoras de mel desconhece o uso de agrotóxicos. É uma agricultura, em grande parte, de base familiar onde, de acordo com Vilela & Moraes (1998), o uso de insumos químicos é bastante reduzido devido, entre outros fatores, ao seu alto custo financeiro. Estas são características que não se verificam nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, cuja agricultura possui índices muito mais altos de tecnificação. Neste sentido, o “atraso tecnológico” da agricultura acaba sendo um fator benéfico para a apicultura praticada nesse estado.

O Censo Agropecuário de 1995/96, realizado pelo IBGE, entrevistou 9.375 informantes produtores de mel no estado. As projeções de Alcoforado Filho e Vilela (1999) são de que, para 1997/98, já existam em torno de 18.000 informantes, manejando 282.000 colméias e produzindo perto de 5.000 toneladas de mel/ano.

Isso pode ser explicado pelo acesso dos apicultores ao financiamento do Banco do Nordeste desde 1995, pela viabilidade e consolidação econômica da atividade no mercado e pelas perspectivas de crescimento nos próximos anos. Com base nestes dados e seguindo esse ritmo de crescimento, o Piauí terá aproximadamente 500.000 colméias em 2002.

Como em toda a atividade econômica, na apicultura também existe uma certa estratificação dos produtores. Na sua grande maioria, são “pequenos” apicultores, de base familiar e que contratam mão-de-obra temporária apenas nos períodos de colheita

ou de migração. Mas, há os “médios” e os “grandes” apicultores. O critério básico de classificação em pequeno, médio e grande é a quantidade de colméias que cada um possui, dimensão essa que determina um conjunto de outras necessidades, como a contratação de mão-de-obra, por exemplo. Os pequenos normalmente têm até 150 colméias, os médios têm de 150 a 1.500 e os grandes mais de 1.500, chegando, no máximo, a 2.500, quantidade esta, acima da qual um único proprietário não consegue administrar.

Os dados de Alcoforado Filho e Vilela (1999) revelam que a esmagadora maioria dos apicultores consultados informou estar, até o momento, muito satisfeita com os resultados da atividade. Do total de 30 apicultores que responderam ao questionário - representando as mais variadas regiões do estado - 100% afirmaram ter na apicultura sua principal fonte de renda. Alguns, dentre estes, abandonaram as atividades tradicionais para dedicarem-se apenas à apicultura, enquanto outros passaram a considerar as antigas atividades como secundárias em relação à apicultura.

Esse resultado indica que, no Estado do Piauí, a atividade apícola tem gerado impactos muito significativos, tanto do ponto de vista da renda obtida, quanto das oportunidades de ocupação dos membros das famílias dos apicultores. Já é do conhecimento de grande parte dos produtores que a atividade agrícola tradicional, baseada na produção de grãos, vive uma profunda crise, que se traduz na queda dos preços e, portanto, da rentabilidade, com reflexos diretos nos níveis de ocupação. As culturas tradicionais tiveram quedas significativas dos seus preços na década dos 90, enquanto o mel de abelha teve o preço pago ao produtor elevado em mais de 30% na primeira metade da mesma década, contrastando a tendência declinante da maioria das culturas tradicionais (milho, feijão, arroz e algodão), produzidas nesse estado.

A magnitude do impacto dessa atividade na geração de novas ocupações no meio rural confirma as hipóteses levantadas por Vilela (2000) quando analisou os dados das PNADs no período de 1981 a 1997. Ou seja, a apicultura, utilizada aqui como exemplo do vigor das novas atividades agrícolas, tem produzido uma dinâmica muito significativa na geração de novas ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural. É um fenômeno de extrema importância porque surge em um momento de crise aguda das atividades agrícolas tradicionais em todo o mundo e com agudeza particularmente mais intensa em regiões como o Nordeste do Brasil, onde as alternativas de desenvolvimento de atividades econômicas é extremamente restrita aos vales úmidos, como o do Rio São Francisco ou às fronteiras agrícolas recém abertas, como as regiões de cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão.

IV - Conclusão

Para o tema aqui estudado, é fundamental observar que os espaços para acumulação de capital não estão previamente definidos, possibilitando ainda exclusões e inclusões, ou seja, a abertura de novos espaços para atividades econômicas, a partir da recriação de velhas e da constituição de novas atividades, cujas forças motrizes também são produto de redefinições e realinhamentos.

Nesse novo padrão de modernidade, balizado por novas características da relação produção-consumo agroalimentar, não são apenas os grandes empreendimentos os capazes de lograr vantagens competitivas, como ocorreu no padrão da “revolução verde”, em que a escala e a indiferenciação da produção garantiam a competitividade via redução dos custos de produção, criando o fenômeno do *tread mill*. Nesse novo padrão – cujos contornos ainda não estão completamente definidos – pequenos empreendimentos, desde que estrategicamente direcionados para nichos de mercado, poderão lograr viabilidade econômica, com reflexos extremamente positivos nos

aspectos sociais e ambientais afetos aos grupos sociais de alguma forma envolvidos. Portanto, penso como Watts e Goodman (1997) que a diversidade de formas de inserção produtiva dos estabelecimentos agroalimentares na sociedade global – e não só no mercado global – variam desde as que se aproximam mais de uma caracterização de firma global, nos moldes industriais urbanos típicos ideais, até aqueles que, por natureza, demandam processos de organização do seu processo produtivo e estratégias de inserção competitiva significativamente incompatíveis com os moldes da referida firma global.

A atividade apícola desenvolvida no Piauí apresenta-se como um bom exemplo no contexto de multiplicidade de formas de geração de dinâmicas econômicas no meio rural. Nesse sentido, a apicultura piauiense assume grande importância sócio-econômica e ecológica haja vista que milhares de famílias estão direta e indiretamente envolvidas nos elos da produção e do processamento na cadeia dos produtos apícolas, ao mesmo tempo em que, por ser uma atividade com características próprias de agricultores familiares, com rentabilidade superior à maioria das atividades agropecuárias exercidas por esses mesmos agricultores, vem cumprindo papel importante na fixação dos homens e mulheres (especialmente dos jovens) no meio rural.

Nesse sentido, o exemplo dos apicultores do Piauí tem uma importância especial por se tratar, na sua maioria, de grupos sociais extremamente marginalizados nos padrões “produtivistas” de modernidade, ainda vigentes, e situados em áreas também deprimidas do ponto de vista desse mesmo padrão de modernidade. Esses grupos estão conseguindo estabelecer novas, e qualitativamente melhores, relações com o mundo extralocal, a partir da superação da sua histórica condição de produtores de produtos predominantemente destinados ao autoconsumo. Ao passo que está ocorrendo um significativo processo de desprivilegiamento das culturas tradicionais (milho, feijão,

arroz, mandioca, algodão), observam-se novas aberturas em direção a culturas, criações e/ou produtos voltados predominantemente para nichos de mercado de alto valor agregado (apicultura, criação de pequenos animais, produção de frutas, nozes, entre outras), o que tem-se refletido de maneira relevantemente positiva nas condições de vida desses agricultores.

Nesta perspectiva, a investigação das atuais condições de reprodução dos apicultores do Piauí mostrou que é possível pensar novas formas de inserção social de determinados grupos sociais, mediada pela sua efetiva participação na estrutura do mercado global, resultando em uma maior aproximação desses grupos aos preceitos da cidadania.

V- Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. São Paulo: USP-FEA, 1998. 20p.
- ALCOFORADO FILHO, F. G.; VILELA, S. L. de O. Estudo da cadeia produtiva do mel de abelhas do estado do Piauí. Teresina: Embrapa-Meio Norte, 1999. 64 p. No prelo.
- ALLAIRE, G.; BOYER, R. La grande transformation de l'agriculture. Paris: Economica, 1995. 444p.
- ANDRADE, M. C. de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec/Recife: Ipespe, 1995. 135 p.
- ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B., org. Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 125-136.

- BALSADI, O. V. et alli. Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Estado de Pernambuco: 1981-1997. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. ed. O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual (Nordeste). Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. P. 139-155.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- COUTO FILHO, V. A. Os “Novos Rurais” Baianos. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. ed. O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual (Nordeste). Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. P. 97-138.
- DUQUE, J.G. O nordeste e as lavouras xerófilas. Mossoró: ESAM- Fundação Guimarães Duque/Brasília: CNPq, 1973. 327p. (Coleção mossoroense, 143).
- GRAZIANO da SILVA, J. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M. A. da; VILELA, S. L. de O. ed. Globalização e sustentabilidade da agricultura. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998. p. 29-42
- HARVEY, D. The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change. Oxford: Blackwell, 1989. 378 p.
- LAURENTI, A. C. e DEL GROSSI, M. E. A Evolução das Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas e Não-agrícolas nas Áreas Rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. ed. O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e Regional, v1. Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. P. 15-66.
- MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. Sociologia Ruralis, V.32, n. 2/3, p. 209-230, 1992.
- MARSDEN, T. Globalisation and sustainability: creating spaces for foods and nature. London: UCL, 1997. 12 p. trabalho apresentado no Seminário Globalização,

- trabalho, meio ambiente; mudanças socio-econômicas nas regiões frutícolas para exportação. Recife, 1997.
- MUCHNIK, J. ; SAUTIER, D. Sistemas agro-alimentares localizados e construção de territórios. Paris: CIRAD, 1999. 18 p. Projeto de pesquisa.
- PINAZZA, L. A. A questão ambiental no agribusiness. In: SILVEIRA, M. A. da; VILELA, S. L. de O. Globalização e sustentabilidade da agricultura. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998.
- SILVA, Aldenor G. da. Novas Configurações no Espaço Rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. ed. O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual (Nordeste). Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. P. 13-44.
- VAN DER PLOEG, J. D. Rural sociology and the new agrarian question. Sociologia Ruralis, v. 33, n. 2, p. 240-246, 1993.
- VERAS, E. e LIRA, F. Comportamento das Ocupações no Rural de Alagoas. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. ed. O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual (Nordeste). Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. P. 71-96.
- VILELA, S. L. de O. Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Campinas: UNICAMP-IFCH, 1999. Tese de Doutorado. 206 p.
- VILELA, S. L. de O. O Meio Rural Piauiense na Virada do Século: novos processos, novos atores e novas oportunidades. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. ed. O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual (Nordeste). Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000. p. 45-70.
- WATTS, M.; GOODMAN, D. Agrarian questions: global appetite, local metabolism (nature, culture and industry in fi-de-siècle agro-food systems. In: GOODMAN, D.;

WATTS, M. Globalising food: agrarian questions and global restructuring. London: Routledge, 1997. p. 1-34.